



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7906

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/10/2009

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 129/2009. Altera o artigo 5º da Lei nº 2.913, de 02/07/2001 e seu parágrafo 1º, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Idoso e sua composição. (Política Municipal do Idoso de Montes Claros). (Referente à Lei nº 4.165, de 29/10/2009).

**Controle Interno – Caixa:** 16.4

**Posição:** 01

**Número de folhas:** 14

---

Espécie: PL  
Categoria: Modifica  
Cl: 16.4  
Ordem: 01  
nº fls: 12



103/2009

27.10.2009

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.165 de 29/10/2009

PROJTO DE LEI Nº 129/2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera o Artigo 5º da Lei nº 2.913, de 02 de julho de 2001 e Seu Parágrafo 1º, e dá Outras Providências..

sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso de Montes Claros.

### MOVIMENTO

Entrada em 06/10/2009  
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1º EM 20.10.2009
- 3 - APROVADO EM REGIÃO E PE-UR
- 4 - CONCLUI EM 27.10.2009
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

*As Comissões  
06/10/2009  
Prefeitura*

**PROJETO DE LEI Nº 129**  
**DE 05 DE OUTUBRO DE 2009.**

**ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 2.913, DE 02 DE JULHO DE 2001 E SEU PARÁGRAFO 1º, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O art. 5º da Lei nº 2.913, de 02 de julho de 2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso de Montes Claros, e seu parágrafo 1º passam a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 5º – O Conselho Municipal do Idoso é órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por 9 (nove) representantes dos órgãos e entidades públicas e de 8 (oito) organizações representativas da sociedade civil ligadas a área.*

*Parágrafo 1º – Os representantes do poder público são:*

*I – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;*

*II – um representante da Secretaria Municipal de Defesa Social;*

*III – um representante da Secretaria Municipal de Cultura;*

*IV – um representante da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;*

*V – um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;*

*VI – um representante da Secretaria Municipal de Educação;*

*VII – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;*

*VIII – um representante da Secretaria Municipal de de Governo;*

*IX – um representante da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.”*

*C*





**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**

**Gabinete do Prefeito**

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

**Art. 2º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º**– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 05 de outubro de 2009.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 06 DE OUTUBRO DE 2009  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª TURMA POR  
EM 20 DE OUTUBRO DE 2009  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª TURMA POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 27 DE OUTUBRO DE 2009  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS  
Gabinete do Prefeito  
Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

Montes Claros (MG), 05 de outubro de 2009.

Exmo. Sr.  
Vereador Athos Mameluque Mota  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-286 /2009  
Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que *"ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 2.913, DE 02 DE JULHO DE 2001 E SEU PARÁGRAFO 1º, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

A Lei nº 2.913 de 02 de julho de 2001 previu composição do Conselho Municipal do Idoso, paritária, no entanto, em número par, contrariando a Lei Orgânica do Município.

Desta forma o CMI ficará composto por 17 (dezessete) membros, atendendo ao artigo 86, inciso II. da Lei Orgânica do Município que exige número ímpar de membros para a composição dos Conselhos.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

LEI 2.913

31.07-2001

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2.001.

#### *Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências*

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprovou e eu, prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica criada a Política Municipal do Idoso, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

**Art. 2º** - A política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I. A família e a sociedade em geral têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV. O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V. As diferenças econômicas, sociais, regionais e particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano de Montes Claros deverão ser objetivados pelo poder público e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei;

**Art. 3º** - Constituem diretrizes da política municipal do idoso:

- I. Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II. Participação do idoso através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

Recebi em 26.06.01  
V. Rep



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- III. Priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- IV. descentralização das atividades e criação de organizações de idosos por bairro;
- V. Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia na prestação de serviços;
- VI. Implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível do governo municipal;
- VII. Estabelecimentos de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII. Priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados;
- IX. Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

**Parágrafo único** - Fica autorizado o poder público celebrar convênios com entidades que cuidam de idoso em Montes Claros.

**Art. 4º** - A política municipal de atendimento ao idoso será garantida através da criação do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

**Art. 5º** - O Conselho Municipal do Idoso será órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por 8 (oito) representantes dos órgãos e entidades públicas e de 8 (oito) organizações representativas da sociedade civil ligadas a área.

**Parágrafo 1º** - Os representantes do poder público são:

- I. Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- II. Um representante da Secretaria Municipal de segurança e Direitos do Cidadão;
- III. Um representante da Secretaria Municipal de Cultura;





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- IV. Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- V. Um representante da Secretaria Municipal de desenvolvimento Assistência. Social;
- VI. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VII. Um representante da secretaria municipal de Saúde;
- VIII. Um representante da secretaria municipal de Governo;

**Parágrafo 2º** - Os conselhos citados nos incisos I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII, serão indicados pelo prefeito através de decreto, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito das respectivas secretárias.

**Parágrafo 3º** - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos em assembléia pelo voto das entidades de defesa e atendimento do idoso, em funcionamento no mínimo há 2 (dois) anos, com sede no Município.

**Parágrafo 4º** - A assembléia referida no parágrafo anterior terá atribuição de eleger, fiscalizar e destituir os membros do Conselho representantes da Sociedade Civil com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) das entidades cadastradas neste conselho.

**Parágrafo 5º** - A assembléia de eleição dos representantes referida no parágrafo 3º será convocada por uma comissão provisória, convocada pelo prefeito municipal, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, através de edital publicado pela imprensa local, e terá como funções a convocação da assembléia, a fiscalização e apuração da eleição.

**Parágrafo 6º** - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição apenas por uma vez e por igual período.

**Parágrafo 7º** - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público e relevante e não será remunerada.

**Parágrafo 8º** - A posse do Conselho Municipal do Idoso será dada pelo Prefeito Municipal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Parágrafo 9º** - Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro do Conselho serão eleitos por seus pares, na primeira reunião.

**Art. 6º** - Compete ao Conselho de que trata o artigo anterior, a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política Municipal do Idoso:

- I. Opinar na formulação das políticas sociais básicas, em todo âmbito municipal, de interesse dos idosos.
- II. Deliberar sobre a conveniência, e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou não governamentais relacionado a causa dos idosos.
- III. Elaborar o seu regimento interno.
- IV. Solicitar as indicações para o preenchimento de cargos de conselheiros, nos casos de vacância e término de mandato.
- V. Propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração, visando a promoção em defesa dos direitos dos idosos.
- VI. Opinar sobre o orçamento municipal destinando e ou assegurando recursos para o atendimento dos idosos.
- VII. Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer para idosos.
- VIII. Proceder a inscrição de programas voltados para os idosos executados no município de Montes Claros.
- IX. Fixar critérios de utilização através de planos de aplicação dos recursos destinados ao atendimento dos idosos.
- X. Proceder identificação e registro das entidades que trabalham com idosos no município de Montes Claros.
- XI. Autorizar ou não o funcionamento de entidades não governamentais de atendimento aos idosos no município de Montes Claros.
- XII. Designar dia, horário e local de funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.
- XIII. Viabilizar recursos financeiros do orçamento Municipal, de instituições Estadual, Federal e Internacionais visando a implementação de todas as ações prevista nesta política.

**Art. 7º** - O Conselho Municipal do Idoso, manterá uma secretaria geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

**Art. 8º** - Na implementação da política Municipal do Idoso são competências dos órgãos e entidades públicas:

- I - Na área de promoção e assistência social:





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- a) Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- b) Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimentos ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas -lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
- c) Promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) Planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso.
- e) Promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso:

### II. Na área de saúde:

- a) Garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimentos do Sistema Único de Saúde;
- b) Prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) Adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;
- d) Elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;
- e) Desenvolver formas de cooperação entre as secretarias de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes inter-profissionais;
- f) Realizar estudos para detectar o carácter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação;
- g) Criar serviços alternativos de saúde para o idoso.

### III. Na área de educação:

- a) Adequar currículos, metodologia e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de educação, afim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) Implantar meio permanente de alfabetizar idosos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## IV. Na área de Trabalho e Previdência Social:

- a) Garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- b) Priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários;
- e) Criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria de idosos com centro de informações;

## V. Na área de habitação e urbanismo:

- a) Destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
- b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habilidades e adaptação de moradias, considerando o seu estado físico e sua independência de locomoção;
- c) Elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;

## VI. Na área de justiça:

- a) Promover e defender os direitos da pessoa idosa;
- b) Zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos.

## VII. Na área de cultura, esporte e lazer:

- a) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) Propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais mediante preços reduzidos;
- c) Incentivar os movimentos de idosos e desenvolver atividades culturais;
- d) Valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

**Parágrafo único** – Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Art. 9º** - Os recursos financeiros necessários à implantação destas ações serão consignados em orçamento municipal.

**Art. 10º** - Esta Lei será regulamentada pelo Prefeito Municipal no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, de 26 de junho de 2.001.

**SEBASTIÃO PIMENTA**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

**MARIA HELENA DE Q. LOPES**  
**1ª SECRETÁRIA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 129/2009 QUE “ Altera o Artigo 5º da Lei nº 2.913, de 02 de julho de 2001 e Seu Parágrafo Primeiro, e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento altera a Lei 2.913/01, alterando o número de componentes do Conselho Municipal do Idoso.

Considerando que a iniciativa de projetos para a criação de Conselhos é do Executivo, o mesmo se diga em relação à modificações dos Conselhos já existentes.

Quanto á legalidade, a Lei Orgânica Municipal determina que o número de membros dos conselhos seja ímpar, o que é respeitado pelo presente projeto.

Face ao exposto, somos de parecer que o projeto em comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 07 de outubro de 2009.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Técnico Legislativo  
OAB/MG 78.605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 129/2009**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera os Artigo 5º da Lei 2.913, de 02 de julho de 2001 e seu Parágrafo 1º. e dá Outras Providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 06/10/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/10/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O referido projeto altera o artigo 5º e seu § 1º da Lei 2.913, de 02 de julho de 2001.

A Lei a ser alterada dispõe sobre a “Criação da Política do Idoso e dá outras providências”.

Verifica-se que a alteração proposta acrescenta ao Conselho Municipal do Idoso mais um representante do Poder Público, qual seja a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Como compete, exclusivamente, ao Poder Executivo criar Conselhos Municipais, bem como propor alteração dos mesmos, esta Comissão verifica que a referida proposição não incide em vício de iniciativa e nem fere normas legais e/ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, a CLJR conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_